Senado Federal

RUY BARON/VALOR

PFL vai indicar Bernardo Cabral para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado

VALOR ECONÔMICO 13 MAR 2001

Comissão de Assuntos Econômicos do Senado pode opor PMDB e PSDB

Marcelo de Moraes
De Brasília

A disputa pelo comando da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no Senado poderá colocar em choque as bancadas do PMDB e PSDB. Para conseguir os votos dos tucanos a favor da eleição do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) para a presidência do Senado, o PMDB prometeu abrir mão da CAE em favor do PSDB. Agora, o PMDB recuou dessa negociação e deve indicar o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) para ocupar o cargo.

Por ser o partido com o maior número de senadores, o PMDB tem o direito de fazer a primeira escolha entre as comissões técnicas. A CAE é considerada a comissão mais importante no Senado uma vez que todos os projetos que envolvem a ordem econômica passam obrigatoriamente pelo seu crivo. Durante as negociações de apoio a Jader, o PMDB fechou o acordo da CAE com o líder tucano, Sérgio Machado (PSDB-CE). Integrantes da bancada tucana já anunciaram que pretendem cobrar do líder o cumprimento do acordo e garantir a presidência da CAE para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O PMDB, entretanto, pretende entregar a CAE para Carlos Bezerra e ainda ficar com a Comissão de Fiscalização e Controle, que seria presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

A segunda comissão em importância é a de Constituição e Justiça (CCJ), que ficará com o PFL. O partido já decidiu indicar o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ex-ministro da Justiça, para ocupar a vaga. Logo depois do seu rompimento com o governo, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) chegou a reivindicar a presidência de uma das comissões a que o PFL teria direito. Seu objetivo era ocupar espaço político e fazer contraponto ao governo. ACM, no entanto, desistiu dessa postulação, já que por sua própria força política tem espaço garantido. Os partidos de oposição também desistiram de presidir a Comissão de Fiscalização por avaliar que seus poderes são limitados. Na Câmara, também serão escolhidos hoje os 16 novos presidentes de comissões.